

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| 22ª Zona Eleitoral .....  | 69  |
| 23ª Zona Eleitoral .....  | 71  |
| 29ª Zona Eleitoral .....  | 119 |
| 32ª Zona Eleitoral .....  | 120 |
| 34ª Zona Eleitoral .....  | 128 |
| 37ª Zona Eleitoral .....  | 140 |
| 41ª Zona Eleitoral .....  | 169 |
| 42ª Zona Eleitoral .....  | 172 |
| 44ª Zona Eleitoral .....  | 200 |
| 46ª Zona Eleitoral .....  | 205 |
| 52ª Zona Eleitoral .....  | 231 |
| 54ª Zona Eleitoral .....  | 235 |
| 62ª Zona Eleitoral .....  | 300 |
| 67ª Zona Eleitoral .....  | 312 |
| Índice de Advogados ..... | 312 |
| Índice de Partes .....    | 315 |
| Índice de Processos ..... | 323 |

## ATOS DA PRESIDÊNCIA

### EDITAIS E AVISOS

#### EDITAL Nº. 3/2021

##### SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS PROGRAMA DE ESTÁGIO 2021 PÓS-GRADUAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, nos termos da Resolução TRE/RN nº. 18 /2019, de 11 de setembro de 2019, bem como da Portaria GP nº 199/2020, de 21 de setembro de 2020, que, por meio do art. 1º, VII, delegou competência à Diretoria-Geral da Secretaria deste Tribunal para atuar nos processos administrativos referentes à seleção de estagiários, comunica que estarão abertas as inscrições para selecionar estudantes de Cursos de Pós-Graduação na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Processual Penal, para preenchimento de vagas do Programa de Pós-Graduação na Secretaria deste Regional, na cidade de Natal-RN, nos termos do EDITAL abaixo:

#### 1. DAS INSCRIÇÕES

1.1 PERÍODO: 14 a 18/01/2021;

1.2 LOCAL: As inscrições serão realizadas por intermédio do e-mail [sld@tre-rn.jus.br](mailto:sld@tre-rn.jus.br), com o assunto PROCESSO SELETIVO - PÓS GRADUAÇÃO - CRIMES ELEITORAIS - NOME DO CANDIDATO, anexando a ficha de inscrição cujo modelo segue no anexo I do presente edital, bem como a declaração ou declarações constante do item 9;

1.3 HORÁRIO: 00h01min do dia 14/01/2021 às 23h59min do dia 18/01/2021;

1.4 A inscrição do candidato implica o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital;

1.5 O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão quando do preenchimento do formulário de inscrição.

1.6 O candidato que preencher a ficha de inscrição com dados incorretos, ou que fizer quaisquer declarações falsas, inexatas ou, ainda, que não possa satisfazer as condições estabelecidas neste Edital, terá cancelada sua inscrição, sendo anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que aprovada e que o fato seja constatado posteriormente;

1.7 A Seção de Lotação e Gestão de Desempenho (SLD) somente receberá a documentação que estiver completa e legível, observando o que consta do item 14.3 deste Edital;

1.8 Não será permitida a inscrição fora do prazo estabelecido.

## 2. DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO

2.1 Ficha de inscrição preenchida onde conste a conta de e-mail e número de *smartphone* com conta de *whatsapp*;

2.2 Certidão comprobatória de matrícula em curso de pós-graduação em Direito, com ênfase em Direito Penal e Processual Penal, em Instituição de Ensino Superior regularmente credenciada no Ministério da Educação;

2.3 Certificado de conclusão da graduação em Direito;

2.4 Cópia do RG e do CPF;

2.5 Certidão de quitação eleitoral (<http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>);

2.6 Declarações de que o candidato não se enquadra nas vedações de que trata o item 9;

2.7 Declaração quanto ao disposto no item 5.3.1, se couber.

## 3. DAS VAGAS

3.1 Serão disponibilizadas 05 (cinco) vagas para atuação no prédio do fórum eleitoral J.M. de Carvalho Santos, em Natal/RN.

## 4. DA CARGA HORÁRIA

4.1 A carga horária será de 30 (trinta) horas semanais, a ser cumprida pelo estudante dentro do horário de funcionamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral.

## 5. DAS VAGAS RESERVADAS

5.1 Fica assegurado às pessoas com deficiência o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas, que neste edital equivale a 01 (uma) vaga;

5.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que, por sua vez, institui a Política Nacional para a integração das pessoas com deficiência;

5.2.1 Em caso de convocação, deverá a pessoa com deficiência indicar, se for o caso, os recursos especiais necessários para o desenvolvimento das suas atividades de estágio;

5.2.2 Os candidatos com deficiência deverão apresentar, além dos documentos relacionados no item 2, laudo médico original ou cópia autenticada (emitido nos últimos 12 meses), que ateste a espécie ou grau e nível de deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), sob pena de concorrerem fora da reserva de vagas para pessoas com deficiência e passarem a figurar apenas na lista geral de candidatos;

5.3 Serão reservadas aos negros o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, o que neste edital equivale a 02 (duas) vagas;

5.3.1 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme quesito de cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

5.3.2 A autodeclaração de que trata o item 5.3.1 deverá ser feita por meio de declaração e encaminhada anexa ao formulário de inscrição;

5.4 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo estudante no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

## 6. DA ENTREVISTA

6.1 O processo seletivo será composto de uma entrevista realizada por servidor do TRE-RN designado pela Direção-Geral, de caráter eliminatório e classificatório;

6.2 A entrevista será realizada virtualmente, por videoconferência, no dia, horário e forma estabelecidos no e-mail convocatório, sendo excluído do processo o estudante que não estiver disponível para a entrevista no horário informado na convocação;

6.3 Para participar da entrevista, o estudante deverá possuir conta de e-mail e/ou *smartphone* com os aplicativos *google meet* e *whatsapp* instalados, bem como deverá estar disponível pelo menos uma hora antes do horário determinado para entrevista, a fim de receber o convite com o *link* de acesso à sala da videoconferência;

6.4 À entrevista realizada será atribuído um valor de 0 (zero) a 10 (dez) pontos e o candidato deverá obter, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de pontos, sob pena de eliminação;

6.5 A entrevista abordará o conteúdo programático disposto no anexo II deste edital, bem como as experiências vivenciadas pelo aluno em sua vida profissional, se houver, e estudantil.

## 7. DA CLASSIFICAÇÃO

7.1 A classificação dos candidatos será feita pela maior nota final obtida;

7.2 Em caso de empate dar-se-á prioridade na seguinte ordem, para fins de desempate:

- a) ao estudante de instituição pública;
- b) ao que tenha participado do Programa de Estágio do TRE/RN;
- c) ao estudante que tiver cumprido maior carga horária referente à estrutura curricular;
- d) ao que apresentar comprovação de prestação de serviço à Justiça Eleitoral;
- e) ao estudante que estiver cursando a Pós-Graduação em Direito Eleitoral;
- f) ao estudante que tiver a maior idade.

## 8. DOS RECURSOS

8.1 Os candidatos poderão protocolar recurso ao Edital de Classificação no dia 26/01/2021, através do e-mail [sld@tre-rn.jus.br](mailto:sld@tre-rn.jus.br), com o assunto RECURSO - PROCESSO SELETIVO PÓS - CRIMES ELEITORAIS - NOME DO CANDIDATO, dirigido à Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, que decidirá no prazo de 02 (dois) dias úteis.

## 9. DAS VEDAÇÕES

9.1 É vedada:

- a) A contratação de estagiários pertencentes a diretórios de partidos políticos ou que exerçam atividades partidárias;
- b) A contratação de estagiários que possuam vínculo profissional, ou de estágio, com advogado ou sociedade de advogados;
- c) A contratação de estagiários que sejam policiais civis ou militares, titulares de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal e/ou ocupante de cargo integrante dos quadros de pessoal do Poder Judiciário.

## 10. DOS VALORES

10.1 O estagiário de Pós-Graduação que for contratado fará jus a uma bolsa no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), acrescida do valor de R\$ 6,00 (seis reais) diários, referente ao auxílio-transporte a ser pago por dia de efetivo estágio;

10.2 Para efeito do cálculo da bolsa, será considerada a frequência mensal do estagiário, deduzindo-se os dias de ausências não justificadas.

## 11. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

11.1 O Edital com a lista de classificação será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, e no *site* do TRE/RN (endereço eletrônico: <http://www.tre-rn.jus.br/transparencia/gestao-de-pessoas/programa-de-estagio> na aba Estágio 2020), no dia 26/01/2021;

11.2 Em caso de provimento de recursos interpostos, a publicação do novo resultado será no dia 29 /01/2021, nos endereços eletrônicos relacionados acima.

## 12. A CONVOCAÇÃO PARA AS VAGAS EXISTENTES

12.1 Os candidatos classificados dentro do número de vagas deverão comparecer à Seção de Lotação e Gestão do Desempenho, no dia 01/02/2021, no horário das 14 às 18 horas, para entrega e recebimento de documentação e orientações pertinentes;

12.2 No caso de não comparecimento do candidato no período estabelecido no item 12.1, será convocado o candidato subsequente, observando-se, rigorosamente, a ordem de classificação;

12.3 Os candidatos classificados fora do número de vagas serão convocados, oportunamente, quando do surgimento da vaga.

## 13. DA VIGÊNCIA

13.1 O Estágio de Pós-Graduação terá início em 08/02/2020, pelo período de 06 (seis) meses, prorrogável, a critério da Administração, por igual período.

## 14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Somente poderão concorrer às vagas de estágio para Pós-Graduação em Direito os estudantes que estiverem regularmente matriculados;

14.2 Os estudantes classificados dentro do número de vagas deverão suspender seu registro junto à Ordem dos Advogados do Brasil durante a duração do programa de estágio;

14.3 Serão desclassificados os candidatos, cujas documentações, ao serem analisadas pela Seção de Lotação e Gestão do Desempenho, estejam incompletas e/ou ilegíveis;

14.4 A inexatidão das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentação, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração;

14.5 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumado o evento que lhe diz respeito, devendo, quaisquer modificações serem feitas exclusivamente por meio de Edital de retificação;

14.6 Somente serão aceitos os estudantes que puderem se adequar ao horário de expediente da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral;

14.7 Todas as etapas do processo seletivo obedecerão ao Cronograma do Anexo II deste Edital;

14.8 Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Natal, 12 de Janeiro de 2021

Maria Teresa Farache Porto

Diretora - Geral em substituição

PROGRAMA DE ESTÁGIO - PÓS-GRADUAÇÃO

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO

I. DE INSCRIÇÃO PARA ESTÁGIO

PÓS-GRADUAÇÃO

DADOS PESSOAIS

|   |
|---|
| NOME:   |
| DATA DE NASCIMENTO: SEXO: ESTADO CIVIL:                         |
| NATALIDADE: UF:   |
| ENDEREÇO RESIDENCIAL:   |
| CIDADE: UF: CEP: TELEFONE RES:                                  |
| CELULAR COM CONTA DE WHATSAPP: E-MAIL:                          |
| CARTEIRA DE IDENTIDADE: ÓRGÃO EXPEDIDOR: UF: DATA DE EXPEDIÇÃO: |

|   |
|---|
| CPF:                                      |
| PORTADOR DE DEFICIÊNCIA : ( ) SIM ( ) NÃO |

## D. CURRICULARES

|   |
|---|
| INSTITUIÇÃO DE ENSINO:                          |
| CURSO:  |
| TIPO DA INSTITUIÇÃO: ( ) PÚBLICA ( ) PARTICULAR |
| CIDADE: DATA:                                   |
| ASSINATURA DO ESTUDANTE :                       |

## ● ANEXO II - CRONOGRAMA

| EVENTOS   | PERÍODOS        |
|---|-----------------|
| Publicação do Edital de abertura  | 13/01/2021      |
| Período de Inscrição  | 14 a 18/01/2021 |
| Análise pela Seção de Lotação e Gestão do Desempenho  | 19 a 20/01/2021 |
| E-mail convocatório para entrevista   | 21/01/2021      |
| Entrevistas   | 22 e 25/01/2021 |
| Publicação do Edital de Classificação   | 26/01/2021      |
| Recurso ao Edital de Classificação  | 26/01/2021      |
| Análise de Recursos ao Edital de Classificação  | 27 e 28/01/2021 |
| Edital de Classificação Final, em caso de provimento de recurso                                     | 29/01/2021      |
| Entrega da lista da documentação a ser providenciada - Plano de Estágio, Termo de Compromisso e ASO | 01/02/2021      |
| Início do Estágio   | 08/02/2021      |

## ANEXO III - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Disposições constitucionais republicanas no Estado brasileiro. O Estado federal brasileiro. Os entes federativos. Intervenção nos Estados.

2. A organização dos poderes. Os mecanismos de freios e contrapesos. O Poder Legislativo. O Poder Executivo. O Poder Judiciário.

3. O Poder Judiciário: disposições gerais. Supremo Tribunal Federal. Superior Tribunal de Justiça. Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais. Tribunais e Juízes do Trabalho. Tribunais e juízes eleitorais. Tribunais e juízes militares. Tribunais e juízes dos Estados: organização e competência. Das funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Geral da União, Procuradorias Gerais dos Estados, Municípios e Distrito Federal, Advocacia e Defensoria Pública. Natureza da função jurisdicional. As garantias do Poder Judiciário. Reserva de jurisdição e reserva de lei. Súmula vinculante. Repercussão geral. Conselho Nacional de Justiça: história, composição, competência e funcionamento. Corregedoria Nacional. Normas relativas ao Poder Judiciário na Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

DIREITO ELEITORAL E DIREITO PENAL ELEITORAL

1- Direito eleitoral. Conceito. Fundamentos. Fontes e princípios. Interpretação. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.

2 - Dos órgãos da Justiça Eleitoral. Do Tribunal Superior Eleitoral. Dos Tribunais Regionais Eleitorais. Dos Juízes Eleitorais. Das Juntas Eleitorais. Composição e atribuições. Do Ministério Público Eleitoral.

3 - Do Alistamento Eleitoral: ato e efeitos da inscrição, transferência e encerramento. Cancelamento e exclusão do eleitor. Do domicílio eleitoral.

- 4 - Direitos políticos. Perda. Suspensão. Sufrágio universal. Voto. Característica do voto. Do sistema eleitoral: Sistema majoritário e sistema proporcional.
- 5 - Do registro de candidatos. Elegibilidade e inelegibilidade. Impugnação de registro de candidatos.
- 6 - Da votação: atos preparatórios, início e encerramento. Dos lugares de votação, das seções eleitorais e das mesas receptoras. Da polícia e da fiscalização perante as mesas receptoras. Da apuração.
- 7 - Das impugnações perante as juntas eleitorais. Da proclamação e da diplomação dos eleitos.
- 8 - Dos recursos eleitorais. Pressupostos de admissibilidade. Efeitos e prazos. Recursos perante as Juntas e Juízos Eleitorais e Tribunais Regionais.
- 9 - Dos partidos políticos: registro e funcionamento partidário. Criação, fusão e extinção dos partidos políticos. Da filiação partidária. Fidelidade partidária. Das finanças e contabilidade dos partidos. Fundo partidário. Prestação de contas. Aspectos constitucionais, legais e éticos dos partidos políticos.
- 10 - Da propaganda eleitoral (resoluções do TSE). Do acesso gratuito ao rádio e à televisão. Propaganda partidária fiscalização. Pesquisas e testes pré-eleitorais. Direito de resposta.
- 11 - Da ação de impugnação de mandato eletivo. Da investigação judicial eleitoral. Do Mandado de Segurança.
- 12 - Dos crimes eleitorais. Conceito, natureza e classificação. Tipos previstos na legislação eleitoral.
- 13 - Do Processo Penal Eleitoral. Investigação criminal eleitoral. Ação Penal. Competência em matéria criminal eleitoral. Rito processual penal eleitoral. Invalidação e nulidade de atos eleitorais.
- 14 - Lei nº 9.504, de 30.9.97 (Lei das Eleições), Lei nº 9.096/95, de 19.9.95 (Lei dos Partidos Políticos) e Lei Complementar nº 64, de 18.05.90.
- 15 - Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas Eleitorais.
- 16 - Democracia participativa. Instrumentos de participação popular. Plebiscito. Referendo.
- 17- Da competência criminal reconhecida pela Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Agravo Regimental no Agravo Regimental na Petição 6.694, em 03 de abril de 2018;

## **ATOS DA DIRETORIA-GERAL**

### **PORTARIAS**

#### **PORTARIA Nº 8/2021-DG**

Publica o quadro de titulares e substitutos dos cargos em comissão e das funções comissionadas do TRE-RN, referente ao mês de dezembro/2020.

A DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE, em substituição, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 82, XXVIII, do Regulamento da Secretaria,

Considerando o disposto nos artigos 38 e 39 da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990, com a redação dada pela Lei n.º 9.527, de 10/12/1997,

Considerando as disposições da Portaria nº 201/2018-GP, de 20/08/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Publicar o quadro de titulares e substitutos eventuais dos cargos em comissão e das funções comissionadas da Secretaria e das Zonas Eleitorais, referente ao mês de dezembro/2020, nos termos do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Natal, 12 de janeiro de 2021

Maria Teresa Farache Porto